



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR



Cargo:
Delegado de Polícia

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém oitenta questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 80, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A cada um segundo sua capacidade.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 7 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e não poderá retirar-se desse local levando este caderno de provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de provas, a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **31/3/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **1.º e 2/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **24/4/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado da Paraíba e Internet.
- IV **27 e 28/4/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **20/5/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para os exames laboratoriais e médicos: Diário Oficial do Estado da Paraíba e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 — SEAD/SEDS, de 30/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0((XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.

- Nas questões de **1 a 80**, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 3

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstruam seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem.

Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall e Kathryn Woodward. *Identidade e diferença — A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 24-5 (com adaptações).

QUESTÃO 1

A argumentação textual se apoia na ideia de que

- Ⓐ as transformações globais decorrem de conflitos de identidades nacionais e étnicas.
- Ⓑ as lutas pela afirmação e manutenção das estruturas globais são necessárias.
- Ⓒ as identidades atuais padecem de incerteza porque são apenas imaginadas.
- Ⓓ as identidades não são fixas e integram as mudanças sociais e políticas.
- Ⓔ as lutas pelas transformações sociais são o conflito de identidades.

QUESTÃO 2

Os itens abaixo apresentam propostas de reescrita para a oração inicial do texto. Julgue-os quanto à concordância verbal e nominal.

- I A mudança e a transformação global na estrutura política e econômica no mundo contemporâneo coloca em relevo as questões de identidade.
- II A mudança e a transformação globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo coloca em relevo as questões de identidade.
- III A existência de mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo coloca em relevo as questões de identidade.
- IV O fato de as estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo passarem por mudanças e transformações globais coloca em relevo as questões de identidade.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ III e IV.

QUESTÃO 3

Preservam-se a correção gramatical do texto e a coerência de sua argumentação ao se substituir, no início do segundo período, o conectivo “Mesmo que” por

- Ⓐ Sendo que.
- Ⓑ Ainda que.
- Ⓒ Apesar de.
- Ⓓ Embora.
- Ⓔ Visto que.

Texto para as questões 4 e 5

- 1 As mudanças na economia global têm produzido
uma dispersão das demandas ao redor do mundo. Isso ocorre
não apenas em termos de bens e serviços, mas também de
4 mercados de trabalho. A migração dos trabalhadores não é,
obviamente, nova, mas a globalização está estreitamente
associada à aceleração da migração. E a migração produz
7 identidades plurais, mas também identidades contestadas,
em um processo que é caracterizado por grandes
desigualdades em termos de desenvolvimento. Nesse
10 processo, o fator de expulsão dos países pobres é mais forte
que o fator de atração das sociedades pós-industriais e
tecnologicamente avançadas.

Idem, ibidem, p. 21 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Assinale a opção correspondente a relação de causa e efeito que se depreende da argumentação do texto.

- Ⓐ A migração dos trabalhadores tem como causa a aceleração dos movimentos de globalização.
- Ⓑ A formação de identidades plurais provoca mais resistência dos trabalhadores às mudanças na economia global.
- Ⓒ A migração gera desigualdade de desenvolvimento e confronto entre países pobres e ricos.
- Ⓓ A dispersão das demandas ao redor do mundo acelera a migração e a constituição de identidades plurais.
- Ⓔ A atração que sociedades tecnologicamente avançadas exercem sobre os migrantes acarreta a expulsão de trabalhadores dos países pobres.

QUESTÃO 5

O texto apresentaria **erro** gramatical caso se procedesse

- Ⓐ à retirada da palavra “uma” (l.2).
- Ⓑ à inserção da preposição **de** imediatamente antes do substantivo “serviços” (l.3).
- Ⓒ à inserção da palavra **uma** logo antes de “aceleração” (l.6).
- Ⓓ à retirada de “que é” (l.8).
- Ⓔ ao deslocamento de “é mais forte” (l.10) para imediatamente antes de “o fator” (l.11).

QUESTÃO 6

1 O que temos em jogo com o poder simbólico é
a imposição de um modo de apreensão do mundo social
que configura a “naturalização” de uma ordem social
4 vigente. Podemos nos questionar a serviço de quem está
o poder. Quem são os excluídos pelo poder? O poder
simbólico é uma forma transformada ou mascarada de
7 outras formas de poder, notadamente o poder econômico
e o político; todavia não se trata simplesmente de uma
dominação estritamente consciente, maniqueísta ou
10 intencional. Ele frequentemente é ignorado e apreendido
como arbitrário por quem o exerce.

Rogério Haesbaert e Marcelo de Jesus Santa Bárbara. **Identidade e migração em áreas fronteiriças**. Internet: <www.uff.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta a respeito das estruturas linguísticas do texto acima.

- A Na linha 1, o uso da flexão de singular em “é” deve-se à concordância com “poder simbólico”.
- B Por retomar “mundo social” (l.2), o pronome “que” (l.3) pode ser substituído por **o qual**.
- C A preposição **por**, em “pelo poder” (l.5), introduz um modo, uma circunstância para a exclusão.
- D A forma verbal “trata” (l.8) está flexionada no singular para concordar com o sujeito da oração, “uma dominação” (l.8-9); se este estivesse no plural, **dominações**, a forma verbal deveria ser **tratam**.
- E O pronome “o” (l.11) refere-se a “poder simbólico” (l.5-6).

QUESTÃO 7

Nos itens seguintes, são apresentados fragmentos sucessivos adaptados do texto **Identidade e Migração em Áreas Fronteiriças**, de Rogério Haesbaert e Marcelo de Jesus Santa Bárbara (Internet: <www.uff.br>). Julgue-os quanto à correção gramatical.

- I Um dos processos sociais contemporâneos que dá relevância ao estudo da dimensão cultural é aquele que envolve a dinâmica migratória, cada vez mais destacada no cenário mundial globalizado.
- II O Brasil, visto como um país imune aos dilemas étnicos e culturais que afetam o mundo nas últimas décadas, e os brasileiros, às vezes, até enaltecidos como exemplos de democracia racial, pareciam alheios ao debate sobre o poder da identidade e os grandes fluxos migratórios deste final de século.
- III Estávamos enganados: não só o mito da democracia racial a muito vem sendo questionado, como não eramos de forma alguma, imunes aos grandes fluxos migratórios e as questões de ordem cultural envolvendo essa dinâmica da população.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Texto para as questões de 8 a 10

1 Acredito que, no século XXI, o sucesso de qualquer
sociedade dependerá de quatro características: sua geografia e
sua base de recursos; sua capacidade de administrar mudanças
4 complexas; seu compromisso com os direitos humanos; e seu
comprometimento com a ciência e a tecnologia. O Brasil pode
vir a exceder em todos esses aspectos. No passado, o calcanhar-
de-aquiles do Brasil se situou naquela terceira esfera, a dos
7 direitos humanos. Como os Estados Unidos da América (EUA)
e, na verdade, a maior parte das Américas, o Brasil foi forjado
10 em um cadinho de conquista colonial e escravidão brutal.
Esse nascimento violento deixou um legado de enormes
divisões étnicas entre as elites de ascendência europeia,
13 as comunidades indígenas e as populações de origem africana,
descendentes de escravos. Da mesma forma que os EUA, o
Brasil ainda não superou essa genealogia cruel.
16 As desigualdades associadas a raça e etnia configuram um
abismo — e, claro, propiciaram a geração de conflitos, a
inclinação para o populismo e a instalação ocasional de regimes
19 autoritários.

Jeffrey Sachs. *In: Veja 40 Anos*, set./2008 (com adaptações).

QUESTÃO 8

Assinale a opção **incorreta** a respeito das relações de coesão no texto acima.

- A A sequência de pronomes possessivos, nas linhas de 2 a 4, remete à expressão “qualquer sociedade” (l.1-2), que corresponde ao possuidor, na relação com vários objetos possuídos.
- B A expressão “esses aspectos” (l.6) retoma os aspectos enumerados como “quatro características” (l.2).
- C O termo “naquela terceira esfera” (l.7) remete à ideia de “compromisso com os direitos humanos” (l.4).
- D A expressão “Esse nascimento violento” (l.11) retoma a ideia que se inicia em “o Brasil” (l.9) e termina em “escravidão brutal” (l.10).
- E O termo “essa genealogia cruel” (l.15) retoma a expressão “enormes divisões étnicas” (l.11-12).

QUESTÃO 9

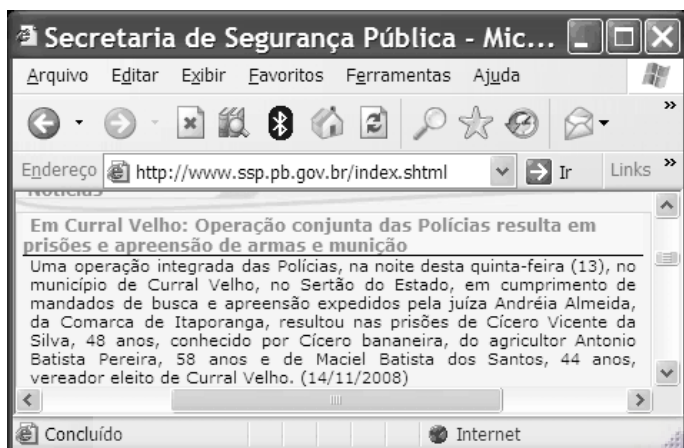
Preservam-se a coerência do texto e o atendimento às regras gramaticais da língua portuguesa ao se inserir sinal indicativo de crase em

- A “a ciência e a tecnologia” (l.5): à ciência e à tecnologia.
- B “a dos direitos” (l.7-8): à dos direitos.
- C “as comunidades indígenas e as populações de origem africana” (l.13): às comunidades e às populações de origem africana.
- D “As desigualdades” (l.16): Às desigualdades.
- E “a raça” (l.16): à raça.






QUESTÃO 10

Assinale a opção em que a proposta de substituição dos sinais de pontuação preserva a correção gramatical e a coerência textual, considerando que, quando necessárias, sejam feitas as devidas alterações nas letras iniciais maiúsculas ou minúsculas.

- A Substituição dos sinais de ponto-e-vírgula logo depois de “recursos” (l.3), “complexas” (l.4) e “humanos” (l.4) por ponto.
- B Substituição do ponto logo após “aspectos” (l.6) por dois-pontos.
- C Substituição da vírgula logo depois de “e” (l.9) por travessão.
- D Substituição da vírgula logo após “Américas” (l.9) por ponto-e-vírgula.
- E Substituição do travessão depois de “abismo” (l.17) por ponto-e-vírgula.

QUESTÃO 11

Considerando a figura acima, que apresenta uma janela do Internet Explorer 6.0 em uso para acesso a uma página *web*, assinale a opção correta acerca de conceitos de Internet e *intranet*.

- A No campo  , os caracteres `index.shtml` indicam que se trata de uma página *web* segura.
- B O texto mostrado na página *web* pode ser copiado para um aplicativo de edição de textos, utilizando-se a opção Copiar do menu  **Editar** , e poderá ser formatado com fonte Arial, tamanho 20.
- C A ferramenta  permite editar o texto mostrado na página *web* e formatá-lo para carta.
- D Ao se clicar a ferramenta  , é possível criar palavras chaves para uma busca posterior.
- E Ao se clicar a ferramenta  , a página será atualizada.

QUESTÃO 12

Assinale a opção correta com relação a conceitos de Internet.

- A A tecnologia WWWD (*world wide web duo*) substituirá a WWW, acrescentando realidade virtual e acesso ultrarrápido.
- B HTTPS é um protocolo que permite fazer *upload* de arquivos, para serem disponibilizados na Internet.
- C Para se disponibilizar arquivo de dados na Internet, é necessário comprimir os dados por meio do aplicativo ZIP.
- D O MP3 utiliza uma técnica de compressão de áudio em que a perda de qualidade do som não é, normalmente, de fácil percepção pelo ouvido humano.
- E Para se transferir um texto anexado a um *e-mail*, deve-se utilizar aplicativo PDF.

QUESTÃO 13

A respeito de segurança e proteção de informações na Internet, assinale a opção **incorreta**.

- A Embora o uso de aplicativo antivírus continue sendo importante, grande parte da prevenção contra os vírus depende dos usuários, porque as infecções ocorrem em função do comportamento do usuário, como abrir anexo de *e-mail*, clicar em um *link* ou fazer *download* de arquivo.
- B Uma forma de evitar infecções no computador é manter o antivírus ativado e atualizado e deixar agendadas varreduras periódicas.
- C Uma forma de proteção contra vírus eletrônicos é a troca periódica de senhas sensíveis.
- D Usuários devem atentar para *e-mail* desconhecido e evitar propagar correntes com o objetivo de minimizar infecções por vírus.
- E Os vírus surgem cada vez mais rapidamente, mas a instalação de antivírus é suficiente para eliminá-los, por meio do reconhecimento da assinatura do vírus.


QUESTÃO 14

Acerca dos conceitos de *hardware* e *software*, assinale a opção correta.

- A Para se fazer cópia de segurança, procedimento fundamental para proteger os dados contra infecção de vírus, são necessários *hardware* e *software* específicos para *backup*.
- B A expansão da memória ROM, que armazena os programas em execução temporariamente, permite aumentar a velocidade de processamento.
- C USB (*universal serial bus*) é um tipo de barramento usado para conectar facilmente ao computador várias categorias de dispositivos, como teclados, *mouses*, monitores, escâneres, câmeras e outros.
- D Multimídia é um *software* que executa músicas compactadas com qualidade.
- E A informação Intel *core duo* indica que o computador possui dupla memória RAM, o que acelera o processamento dos dados.

QUESTÃO 15

Quanto a organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, assinale a opção correta.

- A No sistema gerenciador de arquivos, a pasta Lixeira possui a função de armazenar os arquivos excluídos.
- B Ao se criar uma pasta com o nome documentos, todos os arquivos que forem salvos na referida pasta terão a extensão `.doc`.
- C Os arquivos armazenados na pasta ZIP são automaticamente criptografados para evitar acesso indevido.
- D Um procedimento que deve ser adotado periodicamente pelo usuário para liberar espaço de disco é a exclusão de arquivos desnecessários usando a tecla  .
- E Na instalação dos sistemas operacionais atuais, já são disponibilizados aplicativos de edição de textos, planilhas eletrônicas e programas de apresentação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16

Acerca do conceito, do objeto, dos elementos e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

- A Constituição material é aquela criada por meio de uma assembléia nacional constituinte e consta de um documento escrito.
- O entendimento de que a constituição tem um fundamento de validade na norma hipotética fundamental, que é situada no plano lógico e não no jurídico, conferindo unidade e validade a todo o sistema normativo, decorre do sentido jurídico da constituição.
- O dispositivo constitucional que determina a competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para julgar crimes cometidos por governador de estado insere-se no chamado elemento formal de aplicabilidade.
- A Constituição Federal de 1988 (CF) é considerada como semirrígida, já que permite a reforma de alguns dispositivos, com exceção das chamadas cláusulas pétreas.
- Constituição dirigente é aquela em que o processo de poder está de tal forma disciplinado que as relações políticas e os agentes do poder subordinam-se às determinações do seu conteúdo e do seu controle procedimental.

QUESTÃO 17

Quer o poder constituinte formal, quer o poder constituinte material são limitados pelas estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais dominantes da sociedade, bem como pelos valores ideológicos de que são portadores.

Marcelo Rebelo Sousa. *Direito constitucional*. Braga, 1979, p. 62 (com adaptações).

Considerando o texto acima, assinale a opção correta acerca do poder constituinte.

- Poder constituinte material nada mais é que as matérias incorporadas no texto constitucional compondo o ápice da pirâmide normativa.
- As cláusulas pétreas podem ser invocadas para sustentar a tese de inconstitucionalidade de normas constitucionais provenientes do poder constituinte originário.
- O poder constituinte formal não se confunde com o poder constituinte material. Este é o poder de autoconformação do Estado segundo certa ideia de direito, enquanto aquele é o poder de decretação de normas com a forma e a força jurídica próprias das normas constitucionais. Em outras palavras, enquanto o poder constituinte material tem por fim qualificar como constitucional determinadas matérias, o formal atribui a essa escolha uma força constitucional.
- Poder constituinte material não é passível de emenda.
- Há hierarquia entre a norma constitucional formal e a material.

QUESTÃO 18

Quanto ao controle de constitucionalidade das leis, assinale a opção correta.

- No âmbito do controle difuso, mesmo que preenchidos os demais requisitos legais, não é cabível recurso extraordinário contra acórdão que resolve apenas uma questão incidental ao processo.
- Para análise da repercussão geral para fins de admissibilidade do recurso extraordinário, o relator poderá admitir a manifestação do *amicus curiae*.
- O Supremo Tribunal Federal (STF) pode evocar, de ofício, para julgamento as matérias mais relevantes.
- As decisões definitivas de mérito, proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade, produzem eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes aos três poderes.
- Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula vinculante, previamente aprovada e publicada, caberá reclamação ao STF. O agente que praticou tal ato ou o magistrado que proferiu tal decisão responderá por crime de desobediência.

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta em relação aos direitos e garantias fundamentais.

- O crime de tortura é afiançável, mas será insuscetível de graça ou anistia ou de liberdade provisória.
- O uso ilícito de algemas poderá impor a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e a nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.
- O conceito de casa, inserido no dispositivo constitucional que assegura a inviolabilidade do domicílio, não se estende ao escritório de contabilidade.
- Não pratica crime de invasão de domicílio o policial que recebe ordem de busca e apreensão de documento originada de comissão parlamentar de inquérito, desde que essa ordem seja devidamente fundamentada e sejam preenchidos os demais requisitos constitucionais.
- Conforme entendimento do STF, mesmo que preenchidos os demais requisitos legais, viola o sigilo das comunicações de dados a apreensão do disco rígido do computador no qual estão armazenados os *e-mails* recebidos pelo investigado.

QUESTÃO 20

Carlos, deputado estadual, utilizou a tribuna da respectiva assembléia legislativa para comunicar aos seus pares um grave fato ocorrido na sua vida particular, sendo que acabou por ofender a honra de João, senador da República, ao acusá-lo de fato descrito como crime. João, que além de político é radialista, acabou por utilizar o espaço do seu programa de rádio semanal para ofender a honra de Carlos, com acusações que, igualmente, não têm relação com o mandato parlamentar.

Acerca dessa situação hipotética e das imunidades parlamentares na forma da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A Não há imunidade material na conduta praticada por Carlos.
- B Não há imunidade material na conduta praticada por João.
- C A imunidade material para o crime não se estende para a ação de reparação civil.
- D O regime jurídico das imunidades dos parlamentares federais não se estende aos parlamentares estaduais.
- E Independentemente do que preveja a constituição do respectivo estado, eventual ação penal proposta contra Carlos será julgada pelo juiz criminal competente do estado onde exerce seu mandato.

QUESTÃO 21

No que concerne ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- A O procurador-geral de justiça tem competência privativa e exclusiva para propor projeto de lei ordinária que vise majorar os subsídios dos membros do respectivo ministério público estadual, não podendo fazê-lo o governador.
- B A edição de medida provisória para criar tributos é autorizada pela CF, mas não será possível, por essa via legislativa, tratar de matéria relacionada a processo penal.
- C O chefe do Poder Executivo poderá vetar determinada palavra de um artigo de projeto de lei, desde que o considere inconstitucional ou contrário ao interesse público.
- D A matéria que for rejeitada pelo parlamento não poderá ser objeto de novo projeto de lei ordinária na mesma sessão legislativa.
- E A emenda à CF será promulgada após a sanção do presidente da República.

QUESTÃO 22

Quanto ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A No sistema de governo presidencialista, o chefe de governo é também o chefe de Estado.
- B Quando o presidente da República celebra um tratado internacional, o faz como chefe de governo.
- C O presidente da República responde por crimes comuns e de responsabilidade perante o Senado Federal, depois de autorizado o seu julgamento pela Câmara dos Deputados.
- D Algumas competências privativas do presidente da República podem ser delegadas aos ministros de estado. Entre elas está a de presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa quando não estiver presente na sessão.
- E O presidente da República não pratica crime de responsabilidade quando descumpra uma decisão judicial que entende ser inconstitucional ou contrária ao interesse público.

QUESTÃO 23

Assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.

- A Compete ao STJ julgar litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.
- B O pedido de extradição solicitada por Estado estrangeiro será julgado pelo STJ.
- C Ao STJ compete julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.
- D O julgamento dos crimes contra a organização do trabalho são de competência da justiça do trabalho.
- E Procurador de justiça do Distrito Federal e territórios, atuando em turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, terá os crimes por ele praticados julgados pelo STJ.

QUESTÃO 24

A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- A A Polícia Federal será competente para instaurar inquérito contra indivíduo preso em flagrante acusado de ter praticado crime de furto ao Banco do Brasil.
- B Caso um indivíduo faça parte de uma quadrilha que rouba bancos em diversos estados da Federação, o inquérito que vise investigar as ações do bando desse indivíduo somente poderá ser instaurado pela polícia civil de um dos estados onde o crime tiver sido praticado.
- C Caso uma pessoa seja presa em flagrante com muambas trazidas do Paraguai para serem vendidas no estado da Paraíba, o inquérito deverá ser instaurado pela justiça federal.
- D A CF não obriga que a remuneração dos policiais rodoviários federais seja feita por meio de subsídio.
- E Competem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

QUESTÃO 25

Acerca da ordem social, assinale a opção correta.

- A Se um indivíduo praticar crime de estelionato contra diversas clínicas e hospitais de determinado estado, integrantes do Sistema Único de Saúde, que é administrado pela União, a competência para instaurar o inquérito será da Polícia Federal.
- B Os crimes praticados contra o meio ambiente são de competência da justiça federal.
- C O Estado deve interferir no planejamento familiar quando o casal não tiver condições econômicas de criar os seus filhos.
- D Se alguém falsificar guias de recolhimento de contribuições previdenciárias, e isso causar prejuízo econômico à seguridade social, a competência para instaurar o inquérito policial será da Polícia Federal.
- E Compete à lei municipal regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público municipal informar acerca da natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendam, além de locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

QUESTÃO 26

Pedro, empregado de uma empresa pública federal, na qual ingressou em 4/4/1983, requereu sua aposentadoria após preencher todos os requisitos exigidos, a qual foi devidamente concedida. O Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu o registro dessa aposentadoria em abril de 1997. No entanto, em julho de 2002, no mesmo dia em que Pedro requereu a revisão do ato de aposentadoria, com vistas a receber uma gratificação não incorporada aos seus proventos, o TCU, sem ouvir Pedro, houve por bem anular aquela decisão, após processo administrativo instaurado a pedido do Ministério Público junto ao TCU, em janeiro de 1999, ao entendimento de que o ato de registro da aposentadoria foi ilegal, pois Pedro teria ingressado na citada empresa pública sem concurso público, fato esse que impediria a sua aposentadoria.

Acerca da situação hipotética apresentada, dos atos administrativos e da prescrição administrativa, assinale a opção correta.

- A Conforme entendimento sumulado do STF, o ato de aposentadoria é considerado ato complexo, não operando efeitos até que sobrevenha o registro. Dessa forma, não há necessidade de se assegurar o contraditório e a ampla defesa perante o TCU para esse ato. Assim, da mesma forma que não se exigem o contraditório e a ampla defesa para o ato de registro, não há motivo para exigi-los no ato de anulação do registro.
- B A decisão do TCU de anular o registro anteriormente concedido está errada, pois já havia transcorrido o prazo prescricional.
- C O TCU tem competência para efetuar o registro de aposentadoria dos empregados públicos, muito embora estes sejam aposentados pelo regime geral de previdência social.
- D Pedro, diante do seu tempo de serviço, é considerado estável no serviço público.
- E Será compete para julgar o mandado de segurança contra o ato do TCU a justiça federal de primeira instância.

QUESTÃO 27

Uma concessionária de energia elétrica, pessoa jurídica de direito privado, houve por bem terceirizar o serviço de corte do fornecimento de tal serviço. Marcos, empregado dessa empresa terceirizada, ao efetuar a suspensão dos serviços de energia elétrica em favor de Maria, acabou por agredi-la, já que essa alegava que a conta já havia sido paga.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A lei geral de concessão não autoriza a suspensão do fornecimento de energia elétrica, pelo inadimplemento por parte do usuário, já que o acesso ao serviço de energia elétrica decorre da própria dignidade da pessoa humana, que deve prevalecer sobre os interesses econômicos da concessionária.
- B Eventual ação de indenização por danos materiais e morais deverá ser proposta contra a concessionária, já que essa se responsabiliza pelos atos dos seus prepostos, não sendo possível alegar-se culpa exclusiva de terceiro.
- C O prazo prescricional da ação de reparação de danos, na espécie, será de cinco anos, na forma do Código Civil, já que inexistente prazo prescricional específico para as concessionárias de serviço público.
- D Cabe mandado de segurança contra ato dos diretores da concessionária de serviço público, com vistas a restabelecer o serviço de energia elétrica, o qual deverá ser impetrado na justiça estadual.
- E A competência para julgar eventual ação de indenização proposta contra a concessionária de serviço público será da justiça federal, já que se trata de uma delegação de serviço público federal.

QUESTÃO 28

O estado da Paraíba firmou contrato de prestação de serviços continuados de limpeza com determinada pessoa jurídica, no valor de R\$ 10.000.000,00 por ano. Ao longo do cumprimento desse contrato, verificou-se que a contratada não estaria recolhendo as contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários, motivo pelo qual foi-lhe negada a certidão negativa de débitos previdenciários. Além disso, o estado da Paraíba houve por bem aumentar o número de pessoas para prestar os serviços de limpeza, o que ensejou uma majoração de R\$ 2.400.000,00 por ano.

Quanto à Lei n.º 8.666/1993, e considerando o texto hipotético apresentado, assinale a opção correta.

- A Esse contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitado a sessenta meses. No entanto, esse prazo máximo poderá ainda ser ultrapassado em até doze meses, desde que em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior.
- B A exigência de regularidade fiscal deve ser observada no momento da contratação, mas a eventual ausência da certidão negativa de débito ao longo do contrato, conforme entendimento do STJ, autoriza apenas a retenção das parcelas devidas pela administração.
- C A contratada não está obrigada a cumprir esse contrato, em face da sua alteração unilateral.
- D Mesmo considerando que a contratada seja uma organização social e que o contrato de prestação de serviço seja decorrente do contrato de gestão, é necessário que tenha havido, previamente ao contrato, licitação.
- E De acordo com o valor do contrato, as modalidades de licitação cabíveis à espécie são a concorrência ou a tomada de preço.

QUESTÃO 29

A declaração de caducidade nos contratos de concessão de serviço público **não** é autorizada quando

- Ⓐ o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- Ⓑ a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
- Ⓒ a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- Ⓓ a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
- Ⓔ o poder público retomar o serviço durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização devida.

QUESTÃO 30

Ainda no que concerne ao serviço público, assinale a opção correta.

- Ⓐ O dispositivo constitucional que preceitua caber ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação, a prestação de serviços públicos, demonstra que o Brasil adotou uma concepção subjetiva de serviço público.
- Ⓑ A permissão de serviço público é definida pela lei geral de concessões como a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- Ⓒ No procedimento de licitação para contratação de serviços públicos, obrigatoriamente a primeira fase será a de habilitação e a segunda, de julgamento da proposta que melhor se classificar, conforme as condições estabelecidas no edital, não sendo possível a inversão dessas fases.
- Ⓓ No contrato de concessão, é obrigatória cláusula que preveja o foro de eleição, não sendo possível, diante do interesse público envolvido, prever-se o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem.
- Ⓔ No contrato de concessão patrocinada, no âmbito das parcerias público-privadas, os riscos do negócio jurídico decorrentes de caso fortuito ou força maior serão suportados exclusivamente pelo parceiro privado.

QUESTÃO 31

Acerca do regime jurídico dos órgãos e das entidades que compõem a administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso uma empresa pública federal impetre mandado de segurança contra ato do juiz de direito do estado da Paraíba, conforme entendimento do STJ, caberá ao respectivo tribunal regional federal julgar o referido mandado de segurança.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética. O município de João Pessoa pretende receber o Imposto Sobre Serviços (ISS) da INFRAERO, empresa pública federal que presta serviço público aeroportuário em regime de monopólio, em face dos serviços prestados, sobre os quais não incide ICMS. Nessa situação, a pretensão do município deve ser atendida, já que a imunidade recíproca não atinge as empresas públicas, mas apenas a administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como as suas autarquias e fundações públicas.
- Ⓒ Os órgãos subalternos, conforme entendimento do STF, têm capacidade para a propositura de mandado de segurança para a defesa de suas atribuições.
- Ⓓ A OAB, conforme entendimento do STF, é uma autarquia pública em regime-especial e se submete ao controle do TCU.
- Ⓔ Os conselhos de profissões regulamentadas, como o CREA e o CRM, são pessoas jurídicas de direito privado.

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta a respeito do regime constitucional dos agentes públicos.

- Ⓐ Apesar de a jurisprudência sumulada do STF entender que não há direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público, recentemente esse entendimento vem sendo flexibilizado, pelo próprio STF, por entender que, se o Estado anuncia em edital de concurso público a existência de vagas, ele se obriga ao seu provimento, se houver candidato aprovado.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética. O prefeito de determinado município houve por bem promulgar lei de sua iniciativa que autoriza a contratação temporária, por meio de concurso público, de fiscais fazendários, diante da necessidade imperiosa e urgente do serviço de arrecadação e fiscalização tributária. Nessa situação, não há qualquer irregularidade, já que a própria CF autoriza essa forma de contratação temporária.
- Ⓒ Os atos de improbidade administrativa importarão, de forma acumulativa, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- Ⓓ A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão, o qual poderá estabelecer, entre outros, o aumento da remuneração dos servidores públicos envolvidos no referido contrato.
- Ⓔ Conforme entendimento do STF, o subsídio dos juízes estaduais será limitado ao subsídio dos desembargadores do respectivo tribunal de justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.

QUESTÃO 33

Considera-se famulato o furto

- A praticado em estado de extrema miserabilidade, para evitar perigo maior decorrente da ausência de alimentação, situação em que há estado de necessidade, não se incluindo no conceito, entretanto, o furto de bens supérfluos.
- B de gados pertencentes a terceira pessoa, espalhados por currais, com ânimo de assenhoração definitivo pelo autor do crime.
- C praticado pelo empregado, aproveitando-se de tal situação, de bens pertencentes ao empregador.
- D de energia elétrica.
- E de bens de uso comum do povo, que possam ter algum valor econômico.

QUESTÃO 34

Assinale a opção correta com relação ao crime de homicídio.

- A No homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa, o STJ entende atualmente que a qualificadora não se comunica ao mandante do crime.
- B Com relação ao motivo torpe, a vingança pode ou não configurar a qualificadora, a depender da causa que a originou.
- C A ausência de motivo configura motivo fútil, apto a qualificar o crime de homicídio.
- D Para a configuração da qualificadora relativa ao emprego de veneno, é indiferente o fato de a vítima ingerir a substância à força ou sem saber que o está ingerindo.
- E A qualificadora relativa ao emprego de tortura foi tacitamente revogada pela lei específica que previu o crime de tortura com resultado morte.

QUESTÃO 35

A respeito de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, assinale a opção correta.

- A A participação, no concurso de pessoas, é considerada hipótese de tipicidade mediata ou indireta.
- B Elemento subjetivo especial é aquele que depende de uma interpretação jurídica, como ocorria em relação ao conceito de mulher honesta, atualmente não mais previsto na legislação penal.
- C No caso de legítima defesa de direito de terceiro, é necessária a prévia autorização deste para que a conduta do agente não seja ilícita.
- D O Código Penal (CP) adota a teoria psicológico-normativa da culpabilidade, para a qual a culpabilidade não é requisito do crime, mas, sim, pressuposto de aplicação da pena.
- E Se o bem jurídico tutelado pela norma penal for disponível, independentemente da capacidade da vítima, o consentimento do ofendido constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.

QUESTÃO 36

Acerca das excludentes de culpabilidade, da imputabilidade e do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- A Exclui a culpabilidade do crime, por inexigibilidade de conduta diversa, a coação física irresistível ou *vis absoluta*.
- B Na prática de crime em obediência hierárquica, se a ordem não for manifestamente ilegal, o subordinado e o superior hierárquico não respondem por crime algum.
- C Dividem-se os crimes em monossubjetivo e plurissubjetivo, sendo que somente neste último pode ocorrer concurso de pessoas.
- D A participação de menor importância configura exceção à teoria monista, adotada pelo CP quanto ao concurso de pessoas.
- E Ocorrendo coação moral resistível, não se afasta a culpabilidade, havendo simplesmente reconhecimento de atenuante genérica.

QUESTÃO 37

Não leva à extinção da punibilidade do agente

- A a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- B a prescrição, a decadência ou a perempção.
- C a renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- D o casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- E a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

QUESTÃO 38

Quanto aos crimes contra a paz pública e a fé pública, assinale a opção correta.

- A Com relação ao delito de apologia de crime ou criminoso, previsto no CP, há crime único se o agente, em um mesmo contexto fático, faz apologia de vários crimes ou de vários autores de crimes.
- B No crime de quadrilha, é necessário que ocorra estabilidade da associação e que haja organização estruturada, com hierarquia entre os membros ou com papéis previamente definidos para cada um.
- C No crime de quadrilha, se somente um quadrilheiro for identificado, mas houver prova robusta da existência dos demais associados, o crime se perfaz.
- D Com relação ao crime de moeda falsa, se o falsificador exportar, vender ou introduzir na circulação a moeda, responderá pelos diversos crimes em concurso formal homogêneo.
- E É atípica a conduta do agente que restitui à circulação, mesmo tendo recebido de boa-fé, papel falsificado pela supressão de sinal indicativo de sua inutilização, da qual tomou posterior conhecimento.

QUESTÃO 39

Acerca dos crimes contra a incolumidade pública e contra a família, assinale a opção correta.

- A O crime de incêndio é de perigo abstrato. Dessa maneira, é típica a conduta do agente que cause incêndio em uma casa em ruínas, inabitada e localizada em local solitário.
- B O crime de explosão é mais severamente punido se a substância utilizada para a explosão for dinamite.
- C No crime de uso de gás tóxico ou asfíxiante, se o agente, embora não querendo o resultado morte, ocasioná-lo culposamente, responderá pelos dois crimes: uso de gás tóxico ou asfíxiante e homicídio culposo, em concurso formal.
- D O crime de conhecimento prévio de impedimento admite quer o dolo direto, quer o dolo eventual para a sua configuração.
- E O crime de abandono intelectual perfaz-se caso o pai, sem justa causa, deixa de matricular seu filho em idade escolar primária em escola pública ou particular, ainda que forneça instrução em casa à criança.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta com referência aos crimes contra o patrimônio.

- A No crime de roubo, se a arma não é apreendida e, conseqüentemente, não pode ser submetida a perícia, o autor do crime responde por roubo simples, pois, tratando-se de crime não transeunte, a prova testemunhal não supre a ausência da perícia, mesmo que tenha havido disparo da arma de fogo.
- B A jurisprudência tem aplicado analogicamente o entendimento já consolidado quanto ao crime de furto, para fins de afastar a tipicidade do roubo de uso.
- C Inexiste concurso material entre os delitos de quadrilha armada e o roubo qualificado pelo emprego de arma, devendo o porte ou a posse da arma de fogo ser considerado uma única vez, sob pena de *bis in idem*.
- D Ocorre crime de latrocínio se, logo após a subtração da coisa pretendida, por *aberratio ictus*, o agente atinge seu comparsa, querendo matar a vítima.
- E Se o agente, após subtrair os pertences da vítima com grave ameaça, obriga-a a entregar o cartão do banco e a fornecer a respectiva senha, há concurso formal entre os crimes de extorsão e roubo, pois são crimes da mesma espécie, isto é, contra o patrimônio.

QUESTÃO 41

Considerando os crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A São impossíveis os crimes de corrupção ativa praticados pelo particular e de concussão cometido pela autoridade pública.
- B Pratica concussão o funcionário que exige, mediante violência, direta ou indiretamente, para si ou para outrem, em razão da função pública, vantagem indevida.
- C A corrupção é crime de concurso necessário, sendo necessária, para a consumação, a presença do corruptor ativo e do corruptor passivo.
- D Como a qualidade de funcionário público é circunstância pessoal, não se comunica ao particular que eventualmente participe da prática de crime contra a administração pública. Em tais situações, responde o particular por crime diverso.
- E Em denúncia de crime de prevaricação, é suficiente que o Ministério Público (MP) afirme que o acusado agiu para a satisfação de interesse pessoal, pois, durante a instrução, pode-se perquirir no que consistiu o mencionado interesse.

QUESTÃO 42

Acerca dos crimes contra os costumes, assinale a opção correta.

- A Tratando-se de crimes de mera conduta, o estupro e o atentado violento ao pudor inaditem a modalidade tentada.
- B Agente que submete a vítima à prática de coito anal e, em seguida, pratica conjunção carnal com ela, responde por crime único de estupro, ante a aplicação do princípio da consunção, considerando ainda a maior gravidade do crime de estupro.
- C Agente que, sabendo estar acometido de doença venérea, ainda assim mantém relação sexual mediante violência contra a vítima, com a intenção de transmitir a doença e de satisfazer sua lascívia, responde por crime de perigo de contágio de doença venérea e estupro, em concurso formal.
- D Agente que pratica diversos estupros contra a mesma vítima, no mesmo dia e na mesma ocasião, responde pelos vários crimes de estupro praticados, em continuidade delitiva.
- E Ocorre o assédio sexual *quid pro quo* quando, independentemente de superioridade hierárquica, ocorre o assédio no ambiente de trabalho.

QUESTÃO 43

No que concerne ao processo comum, assinale a opção correta.

- Ⓐ A falta de justa causa para o exercício da ação penal, considerada por muitos doutrinadores como a quarta condição da ação, não é hábil a ensejar a rejeição da denúncia por parte do juiz. Isso porque, sendo o MP o titular da ação penal pública, não é dado ao magistrado analisar a viabilidade da denúncia sob o aspecto da justa causa, nesse momento processual.
- Ⓑ Nos crimes de ação penal pública incondicionada, após o oferecimento da denúncia, o juiz a recebe e ordena a citação do acusado para ser interrogado, no prazo máximo de dez dias, em se tratando de réu preso.
- Ⓒ A absolvição sumária é instituto exclusivo do procedimento do júri, cabendo nas hipóteses de existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato ou da culpabilidade ou punibilidade do agente.
- Ⓓ Finda a instrução, as partes têm o prazo de 24 horas para requererem diligências que reputem imprescindíveis ao deslinde da causa.
- Ⓔ Vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz, segundo o qual o juiz que presidiu a instrução deve proferir a sentença.

QUESTÃO 44

Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- Ⓐ Após o trânsito em julgado da sentença de pronúncia, é dada vista dos autos ao órgão do MP, pelo prazo de cinco dias, para oferecimento do libelo crime acusatório.
- Ⓑ A intimação da sentença de pronúncia, em caso de crime inafiançável, é necessariamente pessoal, não prosseguindo o processo até que o réu seja intimado da sentença de pronúncia, caso em que ocorre a chamada crise de instância.
- Ⓒ Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz deve ordenar a remessa dos autos ao MP.
- Ⓓ O desaforamento ocorre necessariamente para a comarca mais próxima, onde inexistem os motivos ensejadores do pedido.
- Ⓔ O julgamento é adiado pelo não-comparecimento de acusado solto, ainda que regularmente intimado e sem que tenha dado justificativa.

QUESTÃO 45

Quanto à citação, à intimação, à interdição de direito e às medidas de segurança, assinale a opção correta.

- Ⓐ A aplicação provisória de medida de segurança não obsta a concessão de fiança.
- Ⓑ No curso do inquérito, mediante representação da autoridade policial, pode ser aplicada provisoriamente medida de segurança.
- Ⓒ Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, deve-se proceder à sua citação por edital, tendo em vista que o Código de Processo Penal (CPP) inadmite a citação por hora certa.
- Ⓓ Se o acusado, citado por edital, não comparecer, ainda que constitua advogado, ficam suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- Ⓔ A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente é feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, excluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado, a fim de preservar sua honra e sua privacidade.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta com referência ao inquérito policial (IP).

- Ⓐ Sendo o crime de ação penal pública incondicionada, se o promotor de justiça com atribuições para tanto requisitar a instauração do IP, a autoridade policial pode deixar de instaurá-lo, se entender descabida a investigação, ante a presença de causa excludente de antijuridicidade.
- Ⓑ O IP possui a característica da indisponibilidade, que significa que, uma vez instaurado, não pode a autoridade policial, por sua própria iniciativa, promover seu arquivamento, exceto nos crimes de ação penal privada.
- Ⓒ No IP instaurado por requisição do ministro da Justiça, objetivando a expulsão de estrangeiro, o contraditório é obrigatório.
- Ⓓ O IP possui a característica da oficialidade, que significa que, ressalvadas as hipóteses de crimes de ação penal pública condicionada à representação ou de ação penal privada, o IP deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial sempre que tiver conhecimento da prática de um delito.
- Ⓔ Ocorrendo nulidade no IP, por inobservância das normas procedimentais estabelecidas para realização de determinado ato, a autoridade policial deve declarar a nulidade por escrito, repetindo-se o ato.

QUESTÃO 47

Com base no entendimento do STF sobre IP e temas correlatos, assinale a opção correta.

- A** O IP representa procedimento investigatório, levado a efeito pelo Estado-administrador, no exercício de atribuições referentes à polícia judiciária e, assim, somente deve ser trancado quando for manifesta a ilegalidade ou patente o abuso de autoridade, por exemplo.
- B** Os vícios eventualmente existentes no IP não contaminam a ação penal, se a condenação se fundar em qualquer elemento de prova obtido no inquérito.
- C** O IP é peça dispensável à propositura da ação penal. Todavia, uma vez instaurado, não pode o MP oferecer a denúncia antes de concluído e relatado o IP pela autoridade policial.
- D** Os dados obtidos em IP, ante a sua natureza eminentemente sigilosa, não podem ser utilizados em procedimento administrativo disciplinar, contra outros servidores, cujos eventuais ilícitos administrativos teriam despontado à colheita dessa prova.
- E** Se a denúncia respaldar-se em elementos de informação colhidos no IP, dispensa-se a obrigatoriedade da notificação prévia em processo relativo a crime de responsabilidade de funcionário público.

QUESTÃO 48

Acerca da prisão processual, assinale a opção correta.

- A** No flagrante irreal, o agente é perseguido logo após cometer o ilícito, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.
- B** A prisão em flagrante é compulsória em relação às autoridades policiais e seus agentes, desde que constatada a presença das hipóteses legais, mas possuem eles plena discricionariedade para avaliar o cabimento ou não da medida.
- C** No flagrante preparado, a consequência é a soltura do indiciado, em nada influenciando a preparação do flagrante na conduta típica praticada pelo agente.
- D** A prisão preventiva pode ser decretada para garantia de aplicação da lei penal, ou seja, para impedir que o agente, solto, continue a delinquir e, conseqüentemente, acautelar o meio social.
- E** A prisão preventiva pode ser decretada em prol da garantia da ordem pública, havendo, nesse caso, necessidade de comprovação do iminente risco de fuga do agente.

QUESTÃO 49

Considerando a lei que regulamenta a prisão temporária, assinale a opção correta.

- A** Pode ser decretada a prisão temporária em qualquer fase do IP ou da ação penal.
- B** A prisão temporária pode ser decretada por intermédio de representação da autoridade policial ou do membro do MP, assim como ser decretada de ofício pelo juiz competente.
- C** O prazo da prisão temporária, que em regra é de 5 dias, prorrogáveis por igual período, é fatal e peremptório, de modo que, esgotado, o preso deve ser imediatamente posto em liberdade, não podendo ser a prisão convertida em preventiva.
- D** Quando a prisão temporária for requerida pela autoridade policial, por intermédio de representação, não haverá necessidade de prévia oitiva do MP, devendo o juiz decidir o pedido formulado no prazo máximo de 24 horas.
- E** Não cabe prisão temporária nas contravenções nem em crimes culposos.

QUESTÃO 50

Com base no CPP, assinale a opção correta acerca da sentença penal.

- A** Da sentença obscura, ambígua, contraditória ou omissa caberão embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a serem interpostos perante o tribunal competente.
- B** O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- C** Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz deve baixar os autos, para que o MP a adite no prazo de três dias.
- D** Caso o MP promova o aditamento da denúncia ou queixa, por força de *mutatio libelli*, o juiz é obrigado a receber o aditamento, pois o MP é o titular da ação penal pública.
- E** Nos crimes de ação pública, o juiz pode proferir sentença condenatória, ainda que o MP tenha pedido a absolvição, mas não pode reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas na denúncia, em face do princípio da congruência.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta no que concerne à competência.

- A** Compete ao juízo do local da emissão da cédula processar e julgar crime de estelionato mediante emissão de cheque sem fundo.
- B** Nos crimes qualificados pelo resultado, por força da teoria da atividade, adotada pelo CPP, o foro competente é o do local da prática da ação, independentemente do local em que se consumou o delito.
- C** O juízo deprecado é o competente para processar e julgar crime de falso testemunho praticado mediante carta precatória.
- D** Ocorre a conexão intersubjetiva concursal quando duas ou mais infrações tiverem sido praticadas ao mesmo tempo e por várias pessoas reunidas, ainda que sem liame subjetivo entre as condutas.
- E** Ocorre a conexão probatória quando a infração é praticada para facilitar ou ocultar outra, ou ainda para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer uma delas.

QUESTÃO 52

Em relação a provas, assinale a opção correta.

- A** Não sendo possível o exame de corpo de delito por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal pode suprir-lhe a falta. Em caso, todavia, de exame complementar, a prova testemunhal não supre a falta do exame, devendo o crime, se for o caso, ser desclassificado.
- B** Com relação ao exame de corpo de delito, serão facultadas ao MP, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico.
- C** No exame por precatória, a nomeação dos peritos é feita no juízo deprecante, qualquer que seja a natureza da ação penal.
- D** Se houver divergência entre os peritos, são consignadas, no auto do exame, as declarações e respostas de um e de outro, sendo redigido um único laudo. O juiz decide acerca das conclusões de um ou de outro, não podendo, todavia, nomear um terceiro perito, por falta de amparo legal.
- E** No caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições, a autoridade judiciária deve mandar desentranhar o laudo, o qual será considerado prova ilícita.

QUESTÃO 53

Acerca do tráfico ilícito e do uso indevido de substâncias entorpecentes, com base na legislação respectiva, assinale a opção correta.

- A** No caso de porte de substância entorpecente para uso próprio, não se impõe prisão em flagrante, devendo o autor de fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer.
- B** Para a lavratura do auto de prisão em flagrante, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, o qual será necessariamente firmado por perito oficial.
- C** O IP relativo a indiciado preso deve ser concluído no prazo de 30 dias, não havendo possibilidade de prorrogação do prazo. A autoridade policial pode, todavia, realizar diligências complementares e remetê-las posteriormente ao juízo competente.
- D** Findo o prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial remete os autos ao juízo competente, relatando sumariamente as circunstâncias do fato, sendo-lhe vedado justificar as razões que a levaram à classificação do delito.
- E** É legalmente vedada a não-atuação policial aos portadores de drogas, a seus precursores químicos ou a outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro.

QUESTÃO 54

A respeito do crime organizado e com base na legislação respectiva, assinale a opção correta.

- A** O réu pode apelar em liberdade, se for primário e portador de bons antecedentes.
- B** Os condenados por crime decorrente de organização criminosa iniciam o cumprimento da pena em regime fechado.
- C** O civilmente identificado não deve ser submetido a identificação criminal.
- D** O participante de organização criminosa tem sua pena reduzida em um a dois terços, ainda que sua colaboração não tenha sido espontânea.
- E** Não se concede liberdade provisória, com ou sem fiança, a qualquer participante de organização criminosa.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta com base na legislação sobre interceptação telefônica.

- A A interceptação das comunicações telefônicas pode ser determinada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal ou na instrução processual penal.
- B O pedido de interceptação das comunicações telefônicas deve ser feito necessariamente por escrito.
- C Não se admite interceptação das comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- D Somente após o trânsito em julgado da sentença penal pode a gravação ser inutilizada, mediante decisão judicial, ainda que não interesse à prova.
- E Ainda que a diligência possibilite a gravação da comunicação interceptada, é dispensada a transcrição da gravação.

QUESTÃO 56

Quanto à legislação a respeito do crime de tortura, assinale a opção correta.

- A A condenação por crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, mas não a interdição para seu exercício.
- B Não se aplica a lei de tortura se do fato definido como crime de tortura resultar a morte da vítima.
- C O condenado por crime previsto na lei de tortura inicia o cumprimento da pena em regime semiaberto ou fechado, vedado o cumprimento da pena no regime inicial aberto.
- D Aquele que se omite em face de conduta tipificada como crime de tortura, tendo o dever de evitá-la ou apurá-la, é punido com as mesmas penas do autor do crime de tortura.
- E Praticar crime de tortura a autoridade policial que constringe alguém, mediante emprego de grave ameaça e causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

QUESTÃO 57

Os crimes hediondos ou a eles assemelhados **não** incluem

- A o atentado violento ao pudor.
- B a extorsão mediante sequestro.
- C a falsificação de produto destinado a fins terapêuticos.
- D a associação permanente para o tráfico ilícito de substância entorpecente.
- E a tentativa de genocídio.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A Em caso de flagrante da prática de ato infracional, o adolescente não é prontamente liberado pela autoridade policial, apesar do comparecimento dos pais, quando, pela gravidade do ato infracional e por sua repercussão social, o adolescente deve permanecer sob internação para manutenção da ordem pública.
- B A internação pode ser cumprida em estabelecimento prisional comum, desde que o adolescente permaneça separado dos demais presos, se não existir na comarca entidade com as características definidas em lei para tal finalidade.
- C Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária deve decretar sua revelia e encaminhar os autos à defensoria pública para apresentação de resposta escrita.
- D O regime de semiliberdade possibilita ao adolescente a realização de atividades externas, mediante expressa autorização judicial.
- E Durante o período de internação, é vedado à autoridade judiciária ou policial suspender temporariamente a visita dos pais do adolescente.

QUESTÃO 59

Considerando a legislação acerca dos crimes contra o meio ambiente, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- A Caso um indivíduo tenha a guarda doméstica de espécie silvestre não-considerada ameaçada de extinção, que anteriormente apanhara, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, o juiz, considerando as circunstâncias, poderá deixar de aplicar a pena relativa ao crime contra o meio ambiente praticado por esse indivíduo.
- B Nos crimes contra a ordem tributária, a delação premiada não é prevista como causa de redução da pena.
- C Os crimes contra o SFN são de competência da justiça estadual, desde que não haja comprovação de prejuízo a bens da União.
- D Nenhuma autoridade pode, desde 5 dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, ainda que em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.
- E Em caso de crime eleitoral praticado por meio de imprensa, aplica-se a Lei de Imprensa e, não, o Código Eleitoral, por força do princípio da especialidade.

QUESTÃO 60

Assinale a opção correta com base na legislação sobre os crimes de lavagem de dinheiro.

- A** O processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro dependem do processo e do julgamento dos crimes antecedentes, a menos que praticados em outro país.
- B** Compete à justiça estadual processar e julgar os crimes de lavagem de dinheiro, se o crime antecedente for de competência da justiça federal.
- C** Os crimes de lavagem de dinheiro são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, não podendo o réu apelar em liberdade.
- D** A tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado.
- E** No caso de delação premiada prevista na lei, presentes os requisitos, a pena deve ser reduzida de um a dois terços e começa a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos.

QUESTÃO 61

À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José), julgue os seguintes itens.

- I** Admite-se a pena de morte em relação aos delitos políticos e aos delitos conexos com delitos políticos, devendo o Estado signatário fazer tal opção expressamente, quando da ratificação da Convenção.
- II** O direito à vida deve ser protegido pela lei desde o momento do nascimento, que se dá com o início do trabalho de parto.
- III** As penas privativas de liberdade têm por finalidade essencial a retribuição do mal causado.
- IV** Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa de liberdade acompanhada de trabalhos forçados, essa disposição não pode ser interpretada no sentido de proibir o cumprimento da dita pena, imposta por um juiz ou tribunal competente.
- V** Ninguém deve ser detido por dívidas. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

QUESTÃO 62

Julgue os itens a seguir, relativos aos juizados especiais criminais.

- I** Preenchidos os requisitos legais, o MP pode propor a aplicação imediata de penas restritivas de direitos ou multas, sendo vedado ao juiz, em qualquer caso, alterar a proposta formulada.
- II** Acolhendo a proposta do MP aceita pelo autor da infração, o juiz deve aplicar a pena restritiva de direitos ou multa, por sentença irrecorrível.
- III** Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se impõe prisão em flagrante, devendo a autoridade policial, desde já, fixar o valor da fiança.
- IV** A suspensão condicional do processo, cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário for definitivamente condenado por outro crime.
- V** Conforme expressa previsão legal, não efetuado o pagamento de multa, deve ser feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta a respeito de jurisdição, litisconsorte, oposição, litisconsórcio, nomeação à autoria e competência jurisdicional.

- A** A jurisdição contenciosa se apresenta como atividade estatal primária, em que o juiz realiza gestão pública em torno de interesses privados.
- B** É dado ao oponente, no prazo legal, oferecer a exceção de incompetência relativa do juízo.
- C** Ocorre a hipótese de litisconsórcio comum ou não-unitário quando a decisão da causa deva ser uniforme em relação a todos os litisconsortes.
- D** A nomeação à autoria é o incidente pelo qual o devedor demandado chama para integrar o mesmo processo os demais co-obrigados pela dívida.
- E** A competência relativa, em casos de direitos e obrigações patrimoniais, admite a sua modificação por meio da instituição do foro contratual ou do domicílio de eleição.

QUESTÃO 64

Acerca da denunciação à lide e do chamamento ao processo, das capacidades postulatória, de ser parte e de estar em juízo, assinale a opção correta.

- A O mero detentor da coisa, uma vez citado em nome próprio, deve promover a denunciação à lide do legítimo possuidor indireto ou proprietário.
- B Tanto o autor como o réu podem promover o incidente do chamamento ao processo.
- C Quem tem capacidade para estar em juízo tem capacidade de ser parte; porém, nem sempre, quem detém capacidade de ser parte tem capacidade para estar em juízo.
- D Na assistência adesiva, se o assistido requerer o julgamento antecipado da lide, será lícito ao assistente postular a produção de prova pericial, bem como juntar rol de testemunhas.
- E Ainda que sem procuração da parte, o advogado tem direito de ter vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de cinco dias.

QUESTÃO 65

Extingue-se o processo com apreciação do mérito quando

- A o juiz verificar, desde logo, a prescrição ou a decadência.
- B o autor desistir da ação.
- C não concorrer qualquer das condições da ação.
- D ocorrer a morte do procurador e não houver a nomeação de outro em seu lugar.
- E o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

QUESTÃO 66

A respeito da comunicação dos atos processuais, da resposta do réu e da prova, assinale a opção **incorreta**.

- A Não é admitida a citação pelo correio nas ações de estado, quando for ré pessoa incapaz ou de direito público, nos processos de execução, quando o réu residir em local que não seja atendido pela entrega domiciliar de correspondência e o autor a requerer de outra forma.
- B São efeitos processuais da citação: a constituição do devedor em mora e a interrupção da prescrição.
- C A contestação se subordina ao chamado princípio da eventualidade ou da concentração, segundo o qual toda a matéria defensiva deve ser exposta no momento oportuno, ainda que haja contradição entre uma e outra defesa.
- D Apresentada a contestação, o réu não mais poderá alterá-la ou aditá-la, ainda que no prazo, salvo as exceções previstas em lei.
- E Quanto à apreciação da prova, no sistema processual civil brasileiro, vige o princípio do livre convencimento fundamentado ou da persuasão racional.

QUESTÃO 67

Acerca dos recursos e suas espécies, da ação rescisória, do juiz, do MP e do defensor, assinale a opção **incorreta**.

- A Dá-se a desistência quando, já interposto o recurso, a parte manifesta que não pretende o seu prosseguimento, procedimento esse que independe de aquiescência do recorrido e do litisconsorte.
- B Na hipótese de provimento do recurso para a invalidação da decisão impugnada, não ocorre a substituição da decisão recorrida, mas anulação ou cassação desta.
- C A sentença que homologa o pedido de desistência da ação não pode ser rescindida por meio da ação rescisória.
- D Na ação de improbidade promovida pelo MP, torna-se obrigatória a integração à lide da pessoa jurídica de direito público interessada, de modo a configurar hipótese de litisconsórcio necessário.
- E Não se aplica o princípio da identidade física do juiz aos procedimentos de jurisdição voluntária, aos mandados de segurança e às justificações de posse.

QUESTÃO 68

Assinale a opção correta com relação a classificação, eficácia, conflito e interpretação da lei.

- A Leis materiais destinam-se a regular os meios de realização dos direitos predefinidos ou de efetivação dos deveres impostos.
- B A ab-rogação é a revogação parcial da lei.
- C Segundo as teorias objetivistas, os contratos nascidos sob império da lei antiga permanecem a ela submetidos, mesmo quando seus efeitos se desenvolvam sob domínio da lei nova.
- D Quanto aos elementos, a interpretação da lei pode ser autêntica, judicial e doutrinária.
- E Segundo os postulados da escola exegética, a hermenêutica legislativa não deve consistir apenas na explicação da lei escrita, subordinando toda a técnica interpretativa à regra de que pode haver direito fora da lei, já que esta não é fonte exclusiva do direito, razão pela qual devem contribuir outros fatores extrínsecos.

QUESTÃO 69

Acerca de domicílio, residência, bens e fatos jurídicos, assinale a opção correta.

- A O domicílio do tutelado é necessário e é do seu representante ou assistente legal.
- B No contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel, é lícito se inserir cláusula instituidora de foro de eleição diverso daquele da situação do imóvel objeto da promessa de alienação.
- C A coisa perdida pode ser licitamente apropriada pela primeira pessoa que a encontrar.
- D Os bens reciprocamente considerados são classificados como públicos, privados, disponíveis e indisponíveis.
- E Os fatos jurídicos naturais resultam da atuação humana positiva ou negativa, comissiva ou omissiva, de modo a influenciarem nas relações de direito, variando as consequências em razão da qualidade da conduta e da intensidade da vontade.

QUESTÃO 70

Assinale a opção correta a respeito do negócio jurídico, da prescrição, da decadência e da posse.

- A Negócio jurídico é a declaração lícita da vontade humana, cujos efeitos jurídicos são gerados independentemente de serem perseguidos diretamente pelo agente, ou seja, nascem da própria lei.
- B A simulação e a fraude constituem vícios do consentimento.
- C O juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição.
- D A união de posses ocorre na hipótese de sucessão a título singular.
- E Ao possuidor de má-fé não serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.

QUESTÃO 71

A respeito da propriedade e dos direitos reais sobre coisa alheia, assinale a opção correta.

- A A tradição é meio aquisitivo de direitos reais sobre coisas móveis constituídos ou transmitidos por sucessão *causa mortis*.
- B O descobridor de coisa vaga não fica obrigado a restituí-la ao dono ou legítimo possuidor.
- C A ocupação constitui modo de aquisição de coisa móvel ou semovente sem dono.
- D No contrato de hipoteca, é lícita a instituição da cláusula comissória.
- E Na vigência do contrato de penhor mercantil, os frutos produzidos pela coisa empenhada são de propriedade do credor pignoratício.

QUESTÃO 72

Assinale a opção **incorreta** com referência às obrigações contratuais e extracontratuais.

- A Na obrigação indivisível, subsiste a indivisibilidade ainda que a obrigação se converta em perdas e danos.
- B No caso da solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos em razão do inadimplemento desta, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- C Na cessão de crédito por título oneroso, o cedente não se responsabiliza pela solvência do devedor, salvo estipulação em contrário.
- D Purga-se a mora por parte do credor, se este oferecer-se a receber o pagamento e sujeitar-se aos efeitos da mora até a mesma data.
- E No caso de dano causado por comportamento omissivo do agente da administração pública, a responsabilidade do Estado é subjetiva.

QUESTÃO 73

Com referência à máxima *visum et repertum*, que expressa a essência da atividade pericial, assinale a opção correta.

- A Essa máxima expressa o debate, a confrontação de hipóteses e possíveis controvérsias decorrentes do objeto da perícia.
- B O termo em questão faculta ao perito a liberdade de expressão de suas convicções, embora não o exima de enquadrar-se em estruturas preestabelecidas pelas normas e pela praxe.
- C Os documentos médico-legais tais como relatórios, pareceres e atestados devem estar enquadrados na máxima em consideração.
- D Clareza, fidelidade e totalidade representam o significado da máxima em apreço.
- E É nulo o laudo pericial que não se enquadre na máxima citada.

QUESTÃO 74

Assinale a opção correta em relação aos procedimentos a serem observados visando evitar o exame desnecessário e curioso na perícia criminal.

- A A solicitação de perícia está atrelada a procedimento investigatório regularmente instaurado, ao flagrante e à averiguação.
- B Somente os magistrados, promotores públicos, delegados de polícia, comandantes militares e advogados de partes envolvidas possuem a prerrogativa para solicitação de perícia oficial ao médico legista.
- C O perito da parte é aceito na perícia criminal. O assistente técnico, caso não concorde com o perito relator, deverá apresentar laudo pericial em separado, expondo os motivos da divergência.
- D Perícia médico-legal deve ser praticada por médico, dentista, farmacêutico, químico, veterinário ou psicólogo e tem a finalidade de esclarecer fatos de natureza médica à justiça, mediante exames clínicos e laboratoriais, necropsias e exumações.
- E Não se realiza perícia sobre autores e testemunhas de crimes.

QUESTÃO 75

Assinale a opção correta em relação ao exame genital do cadáver, quando no hímen for observada ruptura recente e no ânus for observada rágade.

- A Não se tem elemento para estabelecer ocorrência de conjunção carnal.
- B Não se tem elemento compatível com ato libidinoso diverso de conjunção carnal.
- C Atualmente, os elementos descritos podem ser compatíveis com crime de sedução.
- D Os elementos descritos dão a certeza de tratar-se de cadáver adulto.
- E A ruptura himenal recente só pode ocorrer em cadáver feminino e a rágade, em cadáver de ambos os sexos.

QUESTÃO 76

Considerando que o laudo de exame de corpo de delito descreva ferida com bordas regulares e cauda de escoriação medindo 5 cm na região escapular esquerda, assinale a opção correta.

- A A lesão descrita foi produzida por instrumento perfurocontundente.
- B A lesão em apreço pode ter sido causada por instrumento com duplo gume.
- C De acordo com a descrição, trata-se de lesão causada por arma disparada a curta distância.
- D Na situação considerada, o instrumento causador da lesão possui, necessariamente, menos que 5 cm de largura.
- E No caso em questão, é correto concluir que se trata de lesão corporal de natureza leve.

QUESTÃO 77

Um médico legista, ao chegar à sala de necropsia, deparou-se com três cadáveres cuja causa da morte foi asfixia. O primeiro apresentava elementos sinaléticos que constavam de sulco único, com profundidade variável e direção oblíqua ao eixo do pescoço; no segundo, os sulcos eram duplos, de profundidade constante e transversais ao eixo do pescoço; no terceiro, em vez de sulcos, havia equimoses e escoriações nos dois lados do pescoço.

Na situação acima descrita, os tipos de morte mais prováveis são, respectivamente,

- A enforcamento, estrangulamento e esganadura.
- B esganadura, enforcamento e estrangulamento.
- C estrangulamento, esganadura e enforcamento.
- D esganadura, estrangulamento e enforcamento.
- E enforcamento, esganadura e estrangulamento.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta relacionada à imputabilidade penal, considerando um caso em que o laudo de exame médico-legal psiquiátrico não foi capaz de estabelecer o nexo causal entre o distúrbio mental apresentado pelo periciado e o comportamento delituoso.

- A O diagnóstico de doença mental é suficiente para tornar o agente inimputável.
- B A doença mental seria atenuante quando considerada a dosimetria da pena, devendo o incriminado cumprir de um sexto a um terço da pena.
- C Trata-se de caso de aplicação de medidas de segurança.
- D Deverá ser realizada nova perícia.
- E O agente deve ser responsabilizado criminalmente.

QUESTÃO 79

Considerando que um delegado receba laudo necroscópico que aponte como causa de morte asfixia, relativo a boletim de ocorrência policial que informe tratar-se de vítima de choque elétrico, assinale a opção correta.

- A O delegado deve solicitar nova perícia.
- B O delegado deve formular quesitos suplementares, pois, certamente, as situações são incompatíveis.
- C Houve contração tetânica dos músculos torácicos da vítima.
- D O laudo pericial deve ser desconsiderado.
- E O delegado deve averiguar o motivo de contradição entre o laudo pericial e o boletim de ocorrência.

QUESTÃO 80

Um jovem religioso, fervoroso e abastémio, durante uma comemoração de casamento, ingeriu aguardente. Transtornado e embriagado, agrediu sua companheira com golpes de faca, completamente descontrolado.

A situação acima descreve um exemplo de embriaguez

- A por força maior.
- B dolosa.
- C preterdolosa.
- D proveniente de caso fortuito.
- E acidental.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **quinze** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Dênio Mattos, deputado federal por determinado estado da Federação, desferiu, nas costas e pelas costas, tiro letal na região torácica da vítima Amélia Mattos, sua ex-esposa, com arma de fogo que comprara no dia anterior, visando à prática do ilícito. Testemunhas afirmaram que o crime fora motivado por sentimento de posse, pois a vítima estava separada do autor do crime e começara a namorar outro rapaz. A morte da vítima foi instantânea.

A cena foi presenciada pelo delegado de polícia da 1.^a Delegacia de Polícia Civil do referido estado, com atribuição para apurar o delito, o qual casualmente estava próximo ao local do crime, no dia e hora dos fatos.

Acerca da situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo, abordando, fundamentadamente, os seguintes aspectos:

- ▶ faculdade ou obrigatoriedade de prender o autor do crime em flagrante;
- ▶ possibilidade de o delegado de polícia instaurar, imediatamente, o inquérito policial respectivo;
- ▶ possibilidade de condução coercitiva caso o autor do crime fosse solto antes de ser ouvido formalmente pela autoridade policial;
- ▶ crime praticado pelo deputado federal;
- ▶ juízo competente para processá-lo e julgá-lo.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

